

**John Maynard Keynes,
«Possibilidades Económicas
para os Nossos Netos»
(1930)***

I

Estamos neste momento a sofrer de um grave surto de pessimismo económico. É comum ouvir as pessoas dizerem que a época de enorme progresso económico que caracterizou o século XIX chegou ao fim; que a rápida melhoria do nível de vida vai agora abrandar — pelo menos na Grã-Bretanha; que é mais provável que haja um declínio na prosperidade do que uma melhoria na década que temos pela frente.

Acredito que esta seja uma interpretação profundamente errada do que nos está a acontecer. Não sofremos das dores reumáticas da velhice, mas sim das dores de crescimento decorrentes de mudanças demasiado rápidas, da dor do reajustamento entre um período económico e outro. O aumento da eficiência técnica tem ocorrido mais rapidamente do que a nossa capacidade de lidar com o problema da absorção de mão-de-obra; a melhoria do nível de vida tem sido um pouco rápida demais; o sistema bancário e monetário mundial tem impedido que a taxa de juro desça tão rapidamente quanto o equilíbrio exige. E, mesmo assim, o desperdício e a confusão daí decorrentes dizem respeito a não mais de 7,5% do rendimento nacional; estamos a desperdiçar uma libra e seis pence por cada libra, e ficamos apenas com 18 xelins e 6 pence, quando poderíamos, se fôssemos mais sensatos, ter 1 libra; no entanto, os 18 xelins e 6 pence equivalem ao valor que 1 libra teria tido há cinco ou seis anos. Esquecemo-nos de que, em 1929, a produção física da indústria da Grã-Bretanha foi maior do que nunca e que o excedente líquido da nossa balança de pagamentos, disponível para novos investimentos no estrangeiro, após o pagamento de todas as nossas importações, foi maior no ano passado do que o de qualquer outro país, sendo, de facto, 50 por cento superior ao excedente correspondente dos Estados Unidos. Ou ainda — se for para fazer comparações — suponhamos que reduzíssemos os nossos salários para metade, repudiássemos quatro quintos da dívida nacional e acumulássemos a nossa riqueza excedentária em ouro improdutivo, em vez de a emprestar a 6 por cento ou mais; assim, assemelhar-nos-íamos à França, agora tão invejada. Mas seria isso uma melhoria?

A depressão mundial prevalecente, a enorme anomalia do desemprego num mundo cheio de necessidades, os erros desastrosos que cometemos, cegam-nos para o que se passa sob a superfície e para a verdadeira interpretação da tendência das coisas. Pois prevejo que ambos os erros opostos de pessimismo que agora fazem tanto barulho no mundo serão desmentidos ainda no nosso tempo — o pessimismo dos revolucionários que pensam que as coisas estão tão más que nada nos pode salvar a não ser uma mudança violenta, e o pessimismo dos reacionários que consideram o equilíbrio da nossa vida económica e social tão precário que não devemos arriscar quaisquer experiências.

O meu objetivo neste ensaio, no entanto, não é examinar o presente ou o futuro próximo, mas livrar-me de visões limitadas e alçar voo rumo ao futuro. Que nível de vida económica podemos razoavelmente esperar daqui a cem anos? Quais são as possibilidades económicas para os nossos netos?

Desde os tempos mais remotos de que temos registo — recuando, digamos, até dois mil

**Espaço para
notas**
↓

possibilidades

antes de Cristo — até ao início do século XVIII, não houve uma mudança muito significativa no nível de vida do homem comum que vivia nos centros civilizados do mundo. Altos e baixos, certamente. Epidemias de peste, fome e guerra. Períodos dourados. Mas nenhuma mudança progressiva e radical. Alguns períodos talvez fossem X por cento melhores do que outros — no máximo 100 por cento melhores — nos quatro mil anos que terminaram (digamos) em 1700 d.C.

Este ritmo lento de progresso, ou falta de progresso, deveu-se a duas razões: à notável ausência de melhorias técnicas importantes e à incapacidade de acumular capital.

A ausência de invenções técnicas importantes entre a era pré-histórica e os tempos relativamente modernos é verdadeiramente notável. Quase tudo o que realmente importa e que o mundo possuía no início da era moderna já era conhecido pelo homem nos alvares da história. A linguagem, o fogo, os mesmos animais domésticos que temos hoje, o trigo, a cevada, a videira e a oliveira, o arado, a roda, o remo, a vela, o couro, o linho e o tecido, os tijolos e os potes, o ouro e a prata, o cobre, o estanho e o chumbo — e o ferro foi acrescentado à lista antes de 1000 a.C. —, a banca, a arte de governar, a matemática, a astronomia e a religião. Não há registos de quando possuímos estas coisas pela primeira vez.

Numa época anterior ao início da história — talvez até num dos períodos de estabilidade que antecederam a última era glacial — deve ter havido uma era de progresso e invenção comparável àquela em que vivemos hoje. Mas, durante a maior parte da história registada, nada de semelhante ocorreu.

A era moderna teve início, penso eu, com a acumulação de capital que se iniciou no século XVI. Acredito — por razões que não devo aqui abordar — que isto se deveu inicialmente ao aumento dos preços e aos lucros a que isso conduziu, resultantes do tesouro de ouro e prata que a Espanha trouxe do Novo Mundo para o Velho. Desde essa altura até aos dias de hoje, o poder de acumulação por juros compostos, que parece ter estado adormecido durante muitas gerações, renasceu e renovou a sua força. E o poder dos juros compostos ao longo de duzentos anos é tal que ultrapassa a imaginação.

Permitam-me apresentar, a título de ilustração, um cálculo que elaborei. O valor dos investimentos estrangeiros da Grã-Bretanha está hoje estimado em cerca de 4 000 000 000 de libras. Isto rende-nos um rendimento à taxa de cerca de 6,5%. Metade deste valor trazemos para casa e desfrutamos; a outra metade, ou seja, 3,25%, deixamos a acumular no estrangeiro com juros compostos. Algo deste género tem vindo a acontecer há cerca de 250 anos.

Pois remeto as origens do investimento estrangeiro britânico ao tesouro que Drake roubou à Espanha em 1580. Nesse ano, regressou à Inglaterra trazendo consigo os prodigiosos espólios do «*Golden Hind*». A rainha Isabel era uma acionista considerável no consórcio que tinha financiado a expedição. Com a sua parte, liquidou a totalidade da dívida externa da Inglaterra, equilibrou o seu orçamento e ficou com cerca de 40 000 libras disponíveis. Este montante foi-o a investir na Companhia do Levante — que prosperou. A partir dos lucros da Companhia do Levante, foi fundada a Companhia das Índias Orientais; e os lucros desta grande empresa constituíram a base do subsequente investimento estrangeiro da Inglaterra. Ora, acontece que 40 000 libras, acumuladas a uma taxa de juro composta de 3f por cento, correspondem aproximadamente ao volume real dos investimentos estrangeiros da Inglaterra em várias datas e ascenderiam hoje, de facto, ao total de 4 000 000 000 de libras, valor que já citei como sendo o montante atual dos nossos

possibilidades investimentos. Assim, cada libra que Drake trouxe para casa em 1580 vale agora 100 000 libras. Tal é o poder dos juros compostos!

A partir do século XVI, com um crescendo cumulativo após o século XVIII, teve início a grande era da ciência e das invenções técnicas, que, desde o início do século XIX, tem estado em pleno apogeu — carvão, vapor, eletricidade, gasolina, aço, borracha, algodão, as indústrias químicas, a maquinaria automática e os métodos de produção em massa, a radiocomunicação, a impressão, Newton, Darwin e Einstein, e milhares de outras coisas e homens demasiado famosos e familiares para serem enumerados.

Qual é o resultado? Apesar de um enorme crescimento da população mundial, à qual foi necessário proporcionar habitação e máquinas, o nível de vida médio na Europa e nos Estados Unidos aumentou, penso eu, cerca de quatro vezes. O crescimento do capital atingiu uma escala que ultrapassa em muito o centuplicado do que qualquer época anterior conhecera. E, a partir de agora, não devemos esperar um aumento tão grande da população.

Se o capital aumentar, digamos, 2 por cento ao ano, o património de capital do mundo terá aumentado pela metade em vinte anos e sete vezes e meia em cem anos. Pensem nisto em termos de bens materiais — casas, transportes e afins.

Ao mesmo tempo, os avanços técnicos na indústria e nos transportes têm avançado a um ritmo mais acelerado nos últimos dez anos do que em qualquer outro momento da história. Nos Estados Unidos, a produção industrial per capita era 40 por cento superior em 1925 do que em 1919. Na Europa, somos travados por obstáculos temporários, mas, mesmo assim, é seguro afirmar que a eficiência técnica está a aumentar a uma taxa composta superior a 1 por cento ao ano. Há indícios de que as mudanças técnicas revolucionárias, que até agora afetaram principalmente a indústria, poderão em breve atingir a agricultura. Podemos estar à beira de melhorias na eficiência da produção alimentar tão significativas quanto as que já ocorreram na mineração, na indústria transformadora e nos transportes. Dentro de alguns anos — refiro-me ainda durante as nossas vidas — poderemos ser capazes de realizar todas as operações da agricultura, da mineração e da indústria transformadora com um quarto do esforço humano a que estamos habituados.

Por enquanto, a própria rapidez destas mudanças está a prejudicar-nos e a trazer problemas difíceis de resolver. Os países que não se encontram na vanguarda do progresso estão a sofrer relativamente mais. Estamos a ser afetados por uma nova doença, cujo nome alguns leitores talvez ainda não tenham ouvido, mas da qual ouvirão falar muito nos próximos anos — nomeadamente, *o desemprego tecnológico*. Trata-se do desemprego resultante do facto de a nossa descoberta de meios para economizar a utilização da mão-de-obra estar a ultrapassar o ritmo a que conseguimos encontrar novas utilizações para essa mão-de-obra.

Mas esta é apenas uma fase temporária de desajustamento. A longo prazo, tudo isto significa *que a humanidade está a resolver o seu problema económico*. Prevejo que, daqui a cem anos, o nível de vida nos países progressistas será entre quatro e oito vezes superior ao atual. Não haveria nada de surpreendente nisto, mesmo à luz dos nossos conhecimentos atuais. Não seria insensato contemplar a possibilidade de um progresso ainda muito maior.

II

Suponhamos, para efeitos de argumentação, que daqui a cem anos estejamos todos, em média, oito vezes melhor situados em termos económicos do que estamos

hoje. Certamente, não há aqui nada que nos deva surpreender.

É verdade que as necessidades dos seres humanos podem parecer insaciáveis. Mas dividem-se em duas categorias: as necessidades absolutas, no sentido de que as sentimos independentemente da situação dos nossos semelhantes, e as necessidades relativas, no sentido de que as sentimos apenas se a sua satisfação nos elevar acima dos nossos semelhantes, fazendo-nos sentir superiores a eles. As necessidades da segunda categoria, aquelas que satisfazem o desejo de superioridade, podem de facto ser insaciáveis; pois quanto mais elevado for o nível geral, mais elevadas ainda serão elas. Mas isto não se aplica tanto às necessidades absolutas — poderá chegar-se em breve a um ponto, talvez muito mais cedo do que todos nós imaginamos, em que estas necessidades sejam satisfeitas, no sentido de que preferimos dedicar as nossas energias futuras a fins não económicos.

Eis agora a minha conclusão, que, creio eu, se tornará cada vez mais surpreendente para a imaginação quanto mais se pensar nela.

Chego à conclusão de que, partindo do princípio de que não haverá guerras importantes nem um aumento significativo da população, o *problema económico* poderá ser resolvido, ou pelo menos estar à vista de uma solução, dentro de cem anos. Isto significa que o problema económico não é — se olharmos para o *futuro* — o *problema permanente da raça humana*.

Por que razão, perguntarão, é isto tão surpreendente? É surpreendente porque — se, em vez de olharmos para o futuro, olharmos para o passado — descobrimos que o problema económico, a luta pela subsistência, tem sido sempre, até agora, o problema principal e mais premente da raça humana — não só da raça humana, mas de todo o reino biológico, desde os primórdios da vida nas suas formas mais primitivas.

Assim, fomos expressamente evoluídos pela natureza — com todos os nossos impulsos e instintos mais profundos — com o objetivo de resolver o problema económico. Se o problema económico for resolvido, a humanidade será privada do seu propósito tradicional.

Será isto um benefício? Se alguém acredita, de todo, nos valores reais da vida, essa perspectiva abre, pelo menos, a possibilidade de um benefício. No entanto, penso com apreensão no reajustamento dos hábitos e instintos do homem comum, incutidos nele ao longo de incontáveis gerações, que lhe poderá ser pedido que abandone no espaço de algumas décadas.

Para usar a linguagem de hoje — não devemos esperar um «colapso nervoso» generalizado? Já temos alguma experiência do que quero dizer — um esgotamento do tipo que já é bastante comum na Inglaterra e nos Estados Unidos entre as esposas das classes abastadas, mulheres infelizes, muitas delas, que foram privadas, pela sua riqueza, das suas tarefas e ocupações tradicionais — que não conseguem achar suficientemente divertido, quando privadas do estímulo da necessidade económica, cozinhar, limpar e remendar, mas que são totalmente incapazes de encontrar algo mais divertido.

Para aqueles que suam pelo pão de cada dia, o lazer é um doce anseio — até o conseguirem.

Eis o epitáfio tradicional escrito pela velha empregada doméstica para si própria:—

Não chorem por mim, amigos, nunca chorem por mim, Pois
vou ficar sem fazer nada para sempre e sempre.

possibilidades

Este era o seu paraíso. Tal como outros que anseiam pelo lazer, ela imaginava como seria agradável passar o tempo a ouvir — pois havia outro dístico que aparecia no seu poema:

Com salmos e música doce os céus ressoarão, Mas eu não
terei nada a ver com o canto.

No entanto, só para aqueles que têm a ver com o canto é que a vida será suportável, e quão poucos de nós sabem cantar!

Assim, pela primeira vez desde a sua criação, o homem verá-se confrontado com o seu verdadeiro e permanente problema: como usar a sua liberdade das preocupações económicas prementes, como ocupar o tempo livre que a ciência e os juros compostos lhe terão conquistado, para viver com sabedoria, de forma agradável e bem.

Os incansáveis e determinados ganhadores de dinheiro podem arrastar-nos a todos consigo para o seio da abundância económica. Mas serão aqueles povos que conseguirem manter viva e cultivar até à perfeição mais plena a arte da própria vida — e que não se vendam em troca dos meios de subsistência — que serão capazes de desfrutar da abundância quando esta chegar.

No entanto, penso que não há país nem povo que possa aguardar com otimismo a era do lazer e da abundância sem algum receio. Pois fomos treinados durante demasiado tempo para lutar e não para desfrutar. É um problema assustador para a pessoa comum, sem talentos especiais, ocupar-se, especialmente se já não tiver raízes na terra, nos costumes ou nas convenções queridas de uma sociedade tradicional. A julgar pelo comportamento e pelas realizações das classes abastadas de hoje, em qualquer parte do mundo, as perspectivas são muito deprimentes! Pois estas são, por assim dizer, a nossa vanguarda — aqueles que estão a explorar a terra prometida para o resto de nós e a montar ali o seu acampamento. Pois a maioria deles falhou desastrosamente, assim me parece — aqueles que têm um rendimento independente, mas sem associações, deveres ou laços — na resolução do problema que lhes foi colocado.

Estou certo de que, com um pouco mais de experiência, utilizaremos a recém-descoberta generosidade da natureza de forma bastante diferente daquela com que os ricos a utilizam hoje em dia, e traçaremos para nós próprios um plano de vida totalmente distinto do deles.

Durante muitos séculos vindouros, o velho Adão será tão forte em nós que todos precisarão de trabalhar um pouco para se sentirem satisfeitos. Faremos mais coisas por nós próprios do que é habitual entre os ricos de hoje, que ficam mais do que contentes por terem pequenos deveres, tarefas e rotinas. Mas, para além disso, esforçar-nos-emos por distribuir o pão finamente sobre a manteiga — para que o trabalho que ainda há para fazer seja partilhado o mais amplamente possível. Turnos de três horas ou uma semana de quinze horas de trabalho poderão adiar o problema por muito tempo. Pois três horas por dia são mais do que suficientes para satisfazer o velho Adão na maioria de nós!

Há também mudanças noutras esferas que devemos esperar que ocorram. Quando a acumulação de riqueza deixar de ter grande importância social, haverá grandes mudanças no código moral. Seremos capazes de nos livrar de muitos dos princípios pseudomoraes que nos têm atormentado há duzentos anos, pelos quais elevámos algumas das qualidades humanas mais repugnantes à posição das mais elevadas virtudes. Teremos a liberdade de ousar avaliar a motivação pelo dinheiro pelo seu verdadeiro valor. O amor ao dinheiro como posse — distinguindo-se do amor ao dinheiro como meio para os prazeres e as realidades da vida — será reconhecido pelo que é: uma certa

possibilidades

moribidez repugnante, uma daquelas propensões semicriminosas e semipatológicas que se entrega, com um estremecimento, aos especialistas em doenças mentais. Todos os tipos de costumes sociais e práticas econômicas, que afetam a distribuição da riqueza e das recompensas e sanções econômicas, que agora mantemos a todo o custo — por mais desagradáveis e injustos que possam ser em si mesmos —, porque são tremendamente úteis na promoção da acumulação de capital, poderemos então, finalmente, descartar.

É claro que ainda haverá muitas pessoas com uma intencionalidade intensa e insatisfeita que perseguirão cegamente a riqueza — a menos que consigam encontrar algum substituto plausível. Mas o resto de nós já não terá qualquer obrigação de as aplaudir e encorajar. Pois iremos investigar com mais curiosidade do que é seguro hoje em dia a verdadeira natureza desta «intencionalidade» com que, em graus variáveis, a Natureza dotou quase todos nós. Pois a determinação significa que estamos mais preocupados com os resultados futuros e remotos das nossas ações do que com a sua própria qualidade ou com os seus efeitos imediatos no nosso próprio ambiente. O homem «determinado» está sempre a tentar garantir uma imortalidade espúria e ilusória para os seus atos, projetando o seu interesse neles para o futuro. Ele não ama o seu gato, mas sim os gatinhos do seu gato; nem, na verdade, os gatinhos, mas apenas os gatinhos dos gatinhos, e assim por diante para sempre, até ao fim do reino felino. Para ele, a compota não é compota a menos que seja uma questão de compota amanhã e nunca compota hoje. Assim, ao empurrar a sua compota sempre para o futuro, ele esforça-se por garantir ao seu ato de a cozer uma imortalidade.

Deixem-me recordar-vos o Professor em «*Sylvie e Bruno*»:

«É só o alfaiate, senhor, com a sua pequena conta», disse uma voz mansa do lado de fora da porta.

«Ah, bem, posso resolver rapidamente o assunto dele», disse o Professor às crianças, «se esperarem só um minuto. Quanto é que é, este ano, meu caro?» O alfaiate tinha entrado enquanto ele falava.

«Bem, tem vindo a duplicar há tantos anos, como vê», respondeu o alfaiate, um pouco resmungão, «e acho que gostaria de receber o dinheiro agora. São duas mil libras, afinal!»

«Oh, isso não é nada!», comentou o Professor com indiferença, enquanto tateava o bolso, como se andasse sempre com pelo menos essa quantia consigo. «Mas não gostarias de esperar mais um ano e fazer com que fossem quatro mil? Pensa só em como ficarias rico! Ora, podias até ser *rei*, se quisesses!»

«Não sei se me importaria de ser rei», disse o homem pensativo. «Mas parece mesmo uma fortuna e tanto! Bem, acho que vou esperar...»

«Claro que vais!», disse o Professor. «Vejo que tens bom senso. Bom dia, meu caro!»

«Alguma vez terá de lhe pagar essas quatro mil libras?», perguntou a Sylvie, enquanto a porta se fechava atrás do credor que se afastava.

«Nunca, minha filha!», respondeu o Professor enfaticamente. «Ele vai continuar a duplicá-lo até morrer. Vês, vale sempre a pena esperar mais um ano para receber o dobro do dinheiro!»

Talvez não seja por acaso que a raça que mais contribuiu para trazer a promessa da imortalidade para o coração e a essência das nossas religiões tenha também feito mais pelo princípio dos juros compostos e aprecie particularmente esta que é a mais útil das instituições humanas.

Vejo-nos, portanto, livres para regressar a alguns dos princípios mais seguros e certos da religião e da virtude tradicional — que a avareza é um vício, que a cobrança de juros abusivos é uma contravenção e que o amor ao dinheiro é detestável; que aqueles que caminham mais verdadeiramente pelos caminhos da virtude e da sabedoria sensata são aqueles que menos se preocupam com

possibilidades. O amanhã. Voltaremos a valorizar os fins acima dos meios e a preferir o bem ao útil. Honraremos aqueles que nos podem ensinar a aproveitar a hora e o dia de forma virtuosa e bem-sucedida, as pessoas encantadoras que são capazes de desfrutar diretamente das coisas, os lírios do campo que não trabalham nem fiam.

Mas atenção! Ainda não chegou a altura para tudo isto. Durante, pelo menos, mais cem anos, teremos de fingir, para nós próprios e para todos, que o belo é feio e o feio é belo; pois o feio é útil e o belo não o é. A avareza, a usura e a precaução têm de continuar a ser os nossos deuses por mais algum tempo. Pois só elas podem conduzir-nos para fora do túnel da necessidade económica, para a luz do dia.

Aguardo, portanto, num futuro não muito distante, a maior mudança que alguma vez ocorreu no ambiente material da vida dos seres humanos no seu conjunto. Mas, claro, tudo isto acontecerá gradualmente, não como uma catástrofe. Na verdade, já começou. O curso dos acontecimentos consistirá simplesmente no surgimento de classes e grupos de pessoas cada vez maiores, dos quais os problemas da necessidade económica tenham sido praticamente eliminados. A diferença crucial tornar-se-á evidente quando esta condição se tiver tornado tão generalizada que a natureza do dever de cada um para com o próximo se tenha alterado. Pois continuará a ser razoável agir com finalidade económica em benefício dos outros, mesmo depois de ter deixado de ser razoável para si próprio.

O ritmo a que poderemos alcançar o nosso destino de felicidade económica será determinado por quatro fatores: a nossa capacidade de controlar a população, a nossa determinação em evitar guerras e dissensões civis, a nossa disposição para confiar à ciência a orientação das questões que são propriamente da competência da ciência, e a taxa de acumulação, determinada pela margem entre a nossa produção e o nosso consumo; sendo que este último se resolverá facilmente por si próprio, desde que os três primeiros estejam assegurados.

Entretanto, não haverá mal nenhum em fazer preparativos moderados para o nosso destino, em incentivar e experimentar as artes da vida, bem como as atividades com um objetivo específico.

Mas, acima de tudo, não sobreestimemos a importância do problema económico, nem sacrifiquemos às suas supostas necessidades outras questões de significado maior e mais permanente. Deveria ser um assunto para especialistas — tal como a medicina dentária. Se os economistas conseguissem que fossem vistos como pessoas humildes e competentes, ao nível dos dentistas, isso seria esplêndido!

* Digitalizado a partir de John Maynard Keynes, *Essays in Persuasion**, Nova Iorque: W. W. Norton & Co., 1963, pp. 358-373.